

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS
BACHARELADO EM AGRONOMIA**

LUCAS AUGUSTO OLIVEIRA DOS SANTOS

**PLURIATIVIDADE E EXTENSÃO NO MEIO RURAL: OLHARES PARA ALÉM DA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

GARANHUNS-PE
DEZEMBRO/2019

LUCAS AUGUSTO OLIVEIRA DOS SANTOS

**PLURIATIVIDADE E EXTENSÃO NO MEIO RURAL: OLHARES PARA ALÉM DA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Relatório de estágio supervisionado obrigatório apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns, como parte das exigências do Curso de Graduação em Agronomia para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientadora: Prof. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade

GARANHUNS-PE

DEZEMBRO/2019

LUCAS AUGUSTO OLIVEIRA DOS SANTOS

**PLURIATIVIDADE E EXTENSÃO NO MEIO RURAL: OLHARES PARA ALÉM DA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Aprovada em: _____, _____, _____

Prof. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Prof. Dr. Luciano Pires de Andrade

Prof. Dra. Edilma Pereira Gonçalves

Msc. Silvana Maria de Lemos

IDENTIFICAÇÃO

Nome do aluno: Lucas Augusto Oliveira dos Santos

Naturalidade: Catende-PE

Data de nascimento: 30/12/1995

Endereço: Rua Irineu Ferreira do Nascimento, 33, Nova Catende, Pe

CEP: 55400000

Curso: Engenharia Agrônoma, Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), 10º Semestre em andamento.

Matrícula: 10448701413

Tipo de estágio: Estágio Supervisionado Obrigatório

Área de conhecimento: Extensão Rural

Local de estágio: IPA - Saloá

Setor: Campo/escritório

Supervisor: Carlos André Lima Silva

Função: Extensor Rural

Professor orientador: Prof^a. Dr^a Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Período de realização: 21 de agosto a 04 de Outubro de 2019

Carga horaria: 210 h

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meu pai Luciano Santos e minha mãe, Solange Oliveira, que sempre me incentivaram a estudar e nunca mediram esforços para que a realização desta conquista fosse possível, a meu irmão, Luciano Junior, que sempre esteve do meu lado em todas as horas, a minha irmã Luciana Santos a eles, todo o meu amor. A todos amigos que fiz durante a graduação, a amizade e presença de todos em minha vida foi essencial para conseguir traçar essa trajetória. Gostaria de agradecer ao Núcleo e CVT Agrofamiliar e a todos que cultivei uma amizade durante o tempo que passei nesse projeto maravilhoso.

Aos meus velhos amigos que estão comigo há quase uma década, Renan Santos, Marcio Melquiades, Helmithon Thiago, William Andrade, esses são os irmãos que me escolheram e acolheram.

Um agradecimento especial a minha orientadora durante toda a graduação, Horasa Andrade, que foi parte essencial não só na graduação mas no meu crescimento pessoal, não há palavras que possam expressar a minha gratidão. A Luciano Pires, que também me orientou nessa jornada, meu carinho e gratidão.

Aos companheiros de movimento estudantil e de vida, a Pâmela Rodrigues, Mario Melquiades, Elaine Ferreira, e em especial a Lucas Henrique que está comigo desde o início da graduação.

Aos amigos antigos e novos, muito obrigado, vocês são parte disso, são parte de mim, são parte desse trabalho.

Não poderia esquecer da Família AGROFEIRA, que sempre me acolheu com carinho, agradeço a troca de conhecimento e a amizade.

Ao IPA Saloá e Recife, por me proporcionar um estágio com olhares a novos conhecimentos e possibilidades, em especial ao meu supervisor Carlos André, pela amizade e conhecimentos repassados.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco Unidade Acadêmica de Garanhuns e todo o corpo docente e técnico, ao CNPq e a pró-reitoria de extensão.

RESUMO

A agricultura familiar é um setor importante para a produção agrícola brasileira, é geradora de renda e essencial para a manutenção da população no campo. Diante dos desafios da produção, os produtores precisam se reinventar e buscar alternativas quando apenas a produção agrícola não atinge os objetivos almejados. A pluriatividade surge neste contexto, apoiada pela ação do extensionista rural em campo, que trabalha no sentido de melhorar e apoiar os processos que permeiam a temática e as problemáticas em campo. Este trabalho investigou por meio da experiência de estágio supervisionado obrigatório a pluriatividade na zona rural de duas comunidades na cidade de Saloá-PE, em ação no escritório do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA Saloá. Durante o estágio foram entrevistados os produtores das comunidades do Catimbau e da Serrinha da Prata, que tem diferentes realidades mesmo sendo no mesmo município, o Catimbau teve uma ação de extensão coordenada e voltada para sanar os problemas com o uso excessivo de agrotóxicos e da migração do campo para a cidade. Os moradores e produtores da Serrinha da Prata, se encontram em uma situação diferente, pois existe grande produção de atividades não-agrícolas, como artesanato e uma pequena exploração do turismo rural, há potencialidades na comunidade, que se bem exploradas podem beneficiar a todos que moram ali, o turismo rural e religioso e as práticas de algumas atividades como trilhas, visitação, cultura, gastronomia, podem ser exploradas. O extensionista desenvolve um papel essencial nesses processos de inovação, produção e de lidar com diferentes realidades, sempre buscando as melhores soluções para os problemas enfrentados.

Palavras Chave: Agricultura Familiar, Multifuncionalidade, Turismo Rural.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS.....	10
2.1 Geral.....	10
2.2 Específicos.....	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
3.1 Agricultura familiar e extensão rural.....	12
3.2 Políticas públicas e agricultura familiar.....	13
3.3 Pluriatividade na agricultura.....	15
3.4 Turismo rural e novas ruralidades.....	15
4. METODOLOGIA.....	16
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
7. REFERÊNCIAS.....	27

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do município de Saloá.....	17
Figura 2 - Capela na comunidade da Serrinha da Prata, 2019.....	21
Figura 3 - Capela na comunidade da Serrinha da Prata, 2019.....	21
Figura 4 - Visita a web rádio Serrinha da Prata, 2019.....	23
Figura 5 - Visita a web rádio Serrinha da Prata, 2019.....	23
Figura 6 - Canal no Youtube de um dos produtores da comunidade Serrinha da Prata.....	24
Figura 7 - Artesãos produzindo apitos em um dos ranchos,2019.....	25
Figura 8 - Artesãos produzindo apitos em um dos ranchos, 2019.....	25

1. INTRODUÇÃO

As atividades rurais desenvolvidas pela Agricultura Familiar no Brasil foram as que mais sentiram os impactos da Revolução Verde, diante de vários contextos e de diversas atividades, como a chegada de agrotóxicos, sementes transgênicas e todo o pacote tecnológico que esse acontecimento trouxe consigo. Algumas comunidades de agricultores precisaram se reinventar e buscar alternativas quando o modelo de desenvolvimento de atividades agrícolas convencionais não atende a sua realidade, por outro lado, em uma mesma região ou até em um mesmo município pode-se encontrar diversas realidades no que se refere a vida e a produção no campo.

A dinâmica que os pequenos agricultores utilizam no cotidiano para enfrentar e superar os desafios diário no campo, trouxeram transformações nas dimensões sociais e econômicas no ambiente rural, trazendo à tona a discussão sobre as novas ruralidades (ALMEIDA, 2017).

No Nordeste Wanderley (2001; 2002) começa a discussão sobre esse espaço rural e suas novas configurações, a considerando como estratégia de desenvolvimento territorial e fortalecimento das unidades de produção familiar.

O presente relatório refere-se às práticas realizadas referentes ao acompanhamento e assistência técnica e de extensão rural durante o estágio supervisionado obrigatório do curso de bacharelado em Agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns desenvolvido do período de 19 de setembro a 10 de outubro, totalizando uma carga horário total de 210 horas.

As atividades foram desenvolvidas no escritório do Instituto Agrônomo de Pernambuco, no município de Saloá-PE, supervisionadas pelo técnico Carlos André. A orientação foi da Professora Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade. As atividades desenvolvidas durante o período de realização do estágio, permitiram um contato direto com a realidade dos agricultores da Região em que a Universidade está inserida e também dos profissionais que compõem a estrutura e estão diretamente ligados à área da Agronomia e Extensão Rural, permitindo um aperfeiçoamento dos conteúdos que foram trabalhados durante todo o curso.

Considerando a temática das atividades desenvolvidas pela a Agricultura Familiar a premissa de que o rural não é apenas produção, as atividades

desenvolvidas no estágio curricular obrigatório buscaram analisar e dar ênfase, procurando entender as dinâmicas das novas ruralidades e de como a pluriatividade e o entendimento das multifuncionalidades do espaço rural e das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares de duas comunidades do município de Saloá-PE impactam e socioeconomicamente e culturalmente na região em que estão localizadas.

A primeira localidade que é a do Catimbau que desenvolve atividades agrícolas em sua maioria com hortaliças. Em um passado próximo a comunidade não tinha o perfil de produzir, as pessoas que ali habitavam apenas a utilizavam como residência, tendo como fonte de renda e trabalho atividades desenvolvidas no meio urbano, contudo, a realidade se transformou tendo em vista as dificuldades econômicas e sociais que essa relação proporcionava. Isso levou as famílias das propriedades a buscar sua fonte de sustento por meio da agricultura em suas unidades familiares uma vez que as condições para o desenvolvimento de atividades agrícolas eram favoráveis, como um bom solo e disponibilidade de água.

A outra localidade que é a comunidade da Serrinha da Prata que apresenta uma realidade diferente, apesar de ficar a poucos quilômetros uma da outra, sendo uma região com mais escassez hídrica e com terrenos rochosos e apresentando alta declividade, porém com grande potencial para artesanato e para o turismo rural e religioso.

A investigação sobre esses temas foi instigada pelo conhecimento dessas duas realidades durante o estágio. Entender essas dinâmicas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas com perspectiva ao desenvolvimento local e rural sustentável nas duas comunidades melhorando assim a qualidade de vida dos que ali habitam e ajudando a realizar mais trabalhos que tenham impacto no âmbito ambiental, social, econômico e científico.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Acompanhar as atividades agrícolas e não agrícolas, da produção de hortaliças e de atividades de artesanato, e de turismo rural e religioso, com foco nas novas

ruralidades e pluriatividades que o campo apresenta, incluindo os impactos culturais e sociais que englobam as unidades produtivas.

2.2 Específicos

1- Conhecer a dinâmica do trabalho do agrônomo e extensionista nas atividades rurais, por meio de assistência técnica, elaboração de projetos e declarações de aptidão ao pronaf;

2- Conhecer a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas;

3- Analisar as novas ruralidades e pluriatividade nas comunidades visitadas;

4- Analisar o papel do extensionista rural nas comunidades.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Agricultura familiar e extensão rural

A agricultura familiar é um pilar essencial na agricultura brasileira, seja pela sua importância em abastecer o mercado interno por estar geralmente mais próxima do mercado onde a produção é escoada, seja pela permanência de famílias no campo para desenvolver suas atividades e não deixar as atividades agrícolas nas mãos de um monopólio de empresas para tal produção.

A agricultura familiar, para o MDA (2016), se difere da agricultura não familiar, pois as atividades produtivas são realizadas pelos membros da família, há o contato direto com a terra, local em que pode ocorrer diversificação da produção.

Segundo Schneider (2017) o fortalecimento da agricultura familiar diminui o êxodo rural, pois ela é geradora de emprego e renda, conforme indicam os dados do censo agropecuário de 2017.

O censo agropecuário de 2017 do IBGE indica que 77% dos estabelecimentos agropecuários se encaixam na classificação de agricultura familiar. Quando se fala em área, a agricultura familiar ocupava no período do censo 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de um avanço, o número ainda é uma fatia pequena quando se analisa as políticas públicas e os incentivos que se dão para a agricultura familiar e o montante que é produzido.

O censo ainda demonstra a importância da agricultura familiar no emprego, com mais de 10 milhões de pessoas empregadas, sendo responsável por 67% dos empregos em todo setor agropecuário.

A agricultura familiar ainda tem sua importância cultural, tendo em vista que por meio dela, estão inseridas comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, que ajudam a preservar a cultura, resgatar e preservar conhecimentos dessas comunidades.

3.2 Políticas públicas e agricultura familiar

A zona rural brasileira vem sofrendo transformações constantes ao longo dos anos, sobretudo após a revolução verde que reconfigurou totalmente as relações produtivas no campo por meio das tecnologias empregadas, agrotóxicos, melhoramento genético e toda a gama de recursos que esse pacote tecnológico trouxe para a produção de alimentos, além da promessa de maior produção, isso gerou problemas sobretudo de saúde no campo e também para os consumidores. Até hoje e as novas tecnologias que são constantemente desenvolvidas influenciam bastante a vida no campo e incentiva os que compõem as unidades produtivas de agricultura familiar a buscar novas atividades ou até mesmo a se adequar a sua perspectiva.

No Brasil, foram realizadas várias políticas públicas com foco no fortalecimento da agricultura familiar que geram programas e ações (Tabela 01), como destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que foi desenvolvido para auxiliar através de crédito, atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como objetivo principal aumentar a produção e reduzir custos, sempre buscando elevar a renda da família que vive no espaço rural (BNDES, 2016). Além disso, para o MDA (2016), o PRONAF auxilia na obtenção de crédito de acordo com a necessidade do agricultor, sendo a principal fonte de crédito para os agricultores familiares.

Outros programas ao longo dos anos também auxiliaram no desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), porém nos últimos anos esses dois vêm sofrendo uma extrema decadência por meio da gestão política do país.

Um outro programa que tem foco no semiárido é o projeto Dom Helder Câmara que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar (PDHC) voltado para oferecer assistência técnica continuada para famílias produtoras localizadas no semiárido para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento rural sustentável.

Tabela 01- Programas voltados para a Agricultura Familiar.

Programa/ política	Objetivo	Público
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Aumentar a capacidade produtiva, gerar empregos, melhoria de renda, através de acesso a crédito.	Agricultores familiares devidamente regularizados com a Declaração de Aptidão ao PRONAF.
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Faz parte de uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, sendo utilizado como mecanismo complementar ao PRONAF	Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Contribuir para a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de alimentos que cubram suas necessidades nutricionais durante o ano letivo	Prioriza indígenas e quilombolas, com importância também para os agricultores familiares.
Projeto Dom Helder Câmara	É um programa de ações destinadas ao combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na região do semiárido do Nordeste brasileiro (FIDA 2010).	Foco nas demandas das famílias beneficiárias e fundamento no conceito de convivência com o semiárido, articulando dimensões sócio-políticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas aliados à processos participativos de gestão e controle social (FIDA 2010).

3.3 Pluriatividade na agricultura

Para Schneider (2009) tem sido muito frequente entre estudiosos associar o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não agrícolas no meio rural com o fenômeno da pluriatividade. A pluriatividade ainda segundo Schneider ocorre quando um indivíduo ou família agrega diferentes fontes de renda, por meio, de uma combinação de atividades de um mesmo ou diferente setor.

A pluriatividade surgiu do exercício da agricultura em tempo parcial, visto a necessidade do agricultor de obter outras fontes de renda a fim de complementar financeiramente o sustento da família, seja por meio de atividades agrícolas ou não agrícolas, seja na propriedade ou fora dela. A pluriatividade ocorre quando um indivíduo ou família agregam diferentes fontes de renda, por meio, de uma combinação de atividades de um mesmo ou diferente setor.

A pluriatividade, para Escher e Schneider (2014), descreve a diversificação de atividades existentes ou não no meio rural e os diferentes tipos de remuneração. Ela pode ser seguida por outra corrente, na qual não se busca uma renda complementar, mas sim, descreve-se como uma fase intermediária entre as categorias sociais dos agricultores.

Para Schneider (2009), as mudanças no espaço rural, trazem o argumento de que a agricultura como atividade produtiva não deixou de integrar o mundo rural, mas vem mostrando a diminuição de sua importância relativa a geração de emprego e ocupação. Isso, em contextos internacionais, representa a dinâmica da própria agricultura, que por ora está condicionada e determinada por outras atividades, como a emergência de unidades familiares pluriativas.

3.4 Turismo rural e novas ruralidades

O turismo rural é uma atividade de destaque na Europa, em países como Portugal, Itália, França, Alemanha, Espanha, Suécia, Áustria (na região do Tirol), Irlanda, Holanda e Alemanha.

No Brasil surge em Lages SC, obedecendo ao modelo pronto europeu, apesar de também haver registros de ideias importadas dos Estados Unidos da América, Tulik (2010) afirma que atualmente o turismo rural está presente em todos os estados brasileiros mesmo com suas irregularidades e se concentrando nas regiões sul e

sudeste, e que as atividades de turismo rural se adaptam as regionalidades influenciadas pela herança cultural.

Segundo Kloster (2014) nos empreendimentos de turismo rural a inserção de atividades oferecidas aos turistas serve, em boa parte dos casos, para pagar apenas os custos das despesas e da manutenção dos estabelecimentos rurais. Muitas vezes, porém, os lucros derivados daquelas atividades superam as expectativas do produtor rural, que, nesses casos, acabam se dedicando, quase que exclusivamente, a estas atividades, como à criação de peixes, abelhas, pequenos animais, produção de hortaliças, plantas ornamentais, frutas, atividades de recreação e lazer.

Quando mencionamos o crescimento do turismo rural no Brasil, devemos lembrar que além de ser uma resposta a programas de incentivo, é também uma resposta às mudanças da sociedade, que hoje vem se transformando e tendo uma outra leitura de mundo e de cultura. O perfil das pessoas que optam pelo turismo rural são geralmente pessoas com maior renda e escolaridade, que passam dois ou três dias no empreendimento com a família, na maioria dos casos.

Atividades de turismo rural, de artesanato, música, poesia, mas não limitadas a isso, são atividades que estão ligadas com a neoruralidade e também com outro tópico que foi trazido, que é a da pluriatividade, as dinâmicas no meio rural são outras.

O turismo rural apresenta-se como uma alternativa importante e interessante nesse contexto, porém há também o risco das comunidades que queiram trabalhar com o turismo rural, caiam na mão de empresas, por isso é importante incentivos para que os agricultores possam se empoderar dessa nova atividade e poder ressignificar o espaço em que está inserido.

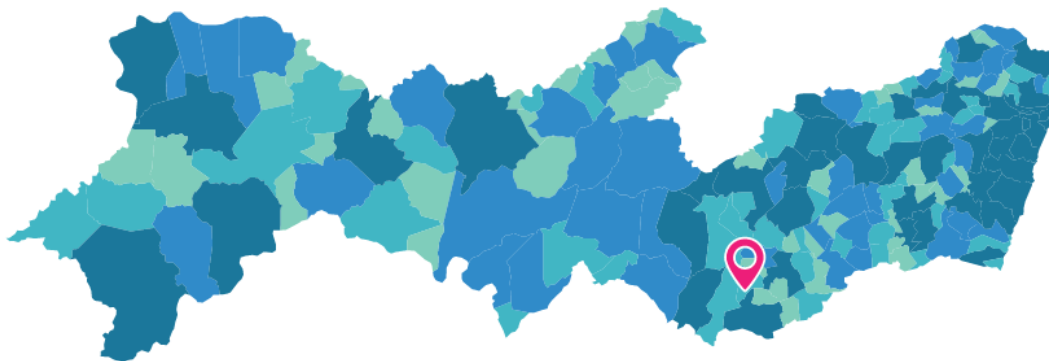
Em Pernambuco o turismo rural vem se instalando em algumas propriedades, como nas regiões da zona da mata, com os antigos engenhos de açúcar, que já fazem parte da rota do turismo de PE. Agreste e Sertão também tem potencial, pelas criações de animais, propriedades de valor histórico, manifestações culturais por meio da dança, do artesanato ou da gastronomia tudo isso em meio as paisagens naturais de belezas típicas da região.

4. Metodologia

O estudo foi realizado no município de Saloá, localizado no Agreste Meridional de Pernambuco que conta com uma população estimada em 15.843 habitantes,

segundo o IBGE, com renda per capita da população de até 1,5 salários mínimos. Apresenta os biomas de caatinga e mata atlântica, com destaque para atividades econômicas rurais as comunidades do Catimbau e Várzea Dantas.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Saloá



Fonte: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/saloa/panorama>)

As atividades predominantes são advindas da agricultura familiar e de trabalhos formais, a maioria das lavouras estabelecidas no município são temporárias. Grande parte dos agricultores acessam crédito através de programas governamentais por meio do PRONAF, e através de programas de microcrédito rural.

As atividades desenvolvidas tiveram o foco nas comunidades rurais do Catimbau e da Serrinha da Prata, por suas relevâncias na atividade econômica da cidade e no que se refere a dimensão cultural e social também.

A região a que se refere ao Catimbau tem uma relevante produção de hortaliças, se destacando das demais comunidades do município, parte disso se deve a qualidade do solo presente na região e o maior responsável é a disponibilidade de água.

A comunidade da Serrinha da Prata é composta por produtores agrícolas e por produtores não agrícolas, que realizam confecção de artigos de artesanato como os apitos, que são famosos na região e por meio da exploração ainda que tímida do turismo rural.

A pesquisa realizada foi qualitativa considerando os depoimentos de oito agricultores, quatro da Serrinha da Prata e quatro do Catimbau durante as visitas

técnicas, sobre a localidade, a vivência e atividades desenvolvidas, de modo a aproximar os entrevistados dos extensionistas.

O público alvo para o desenvolvimento do trabalho constou no caso da Serrinha da Prata, com produtores que fazem parte do Projeto Dom Helder Câmara e na comunidade do Catimbau de agricultores que foram acompanhados nas visitas técnicas durante o estágio no Instituto Agrônomo de Pernambuco, em Saloá que trabalham com artesanato e turismo rural, que permitem assim contextualizar com uma abordagem sobre novas ruralidades e pluriatividade no meio rural, foco de investigação neste trabalho.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a vivência do estágio, foram realizadas atividades tanto de campo, quanto de escritório, como elaboração de declarações de aptidão ao PRONAF, auxílio na elaboração de projetos de crédito rural, elaboração de declarações de recebimento de entidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Nas visitas de campo que aconteciam todas as semanas, foram visitadas diversas propriedades e várias comunidades rurais, merecendo o destaque para duas delas, a comunidade da Serrinha da Prata e do Catimbau.

Nota-se logo que se chega nas propriedades a importância da assistência técnica, seja pela postura dos agricultores, ou seja pelas falas recorrentes, de dúvidas, de cobrança de serviços de assistência ou mesmo de agradecimento por algo que lhe foi conseguido através do trabalho do extensionista rural.

Foram perguntados a uma pequena amostra de agricultores primeiramente no caso do Catimbau, como eles viam o papel da assistência técnica recebida através do trabalho do IPA e qual a importância desse trabalho e em como influenciava na dinâmica de trabalho.

Todos quando questionados, fizeram questão de dizer que a presença e o trabalho eram muito importantes, principalmente no que se refere às políticas públicas que são de responsabilidade da entidade, gerir, como programas que já foram citados como PAA ou para a obtenção de crédito e também nas formações que são ofertadas a eles, como oficinas, cursos e palestras que permitem a implementação de conhecimentos obtidos, em suas propriedades.

Caporal e Ramos (2006) afirmam que além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação dos envolvidos no processo de aprendizagem, um novo modelo de ATER precisa ser, de fato, uma ação educativa, democrática e participativa, com base nessa visão dos autores, nota-se que o trabalho apesar de suas dificuldades, procura seguir esse padrão de ater participativa e educativa.

Contudo, os agricultores se lamentam de não haver mais profissionais que possam estar mais presentes no campo, para dar um acompanhamento e assistência, eles entendem que é uma realidade difícil de ser resolvida, pois no município há apenas um técnico para fazer o trabalho de escritório e de campo.

Um outro ponto tocado foi sobre o contato com a agricultura naquela comunidade, os relatos são de que a atividade fora esquecida e deixada de lado pela geração atual durante um bom tempo, o que levou a uma série de problemas na comunidade, inclusive servindo de rota de fuga para criminosos, elevando a taxa de violência e insegurança no campo, contribuindo para que cada vez mais as pessoas que ali moravam fossem morar na cidade pela busca por segurança.

Duarte (2014) reforça que a problemática da violência no campo vai além da esfera da segurança pública, é um problema social que urge por uma solução rápida por parte do sistema público.

Os agricultores que antes moravam nos espaços rurais, quando migram para a cidade, encontram outros problemas, como por eles relatados, como a dificuldade em comprar um imóvel em áreas que possibilitem sanar as problemáticas das quais estão a fugir, o que faz com que essas pessoas migrem para a periferia ou para locais de risco, o que não agrega em qualidade de vida que teria no campo.

As dificuldades enfrentadas na cidade, segundo relatadas por eles, fez com que muitos retornassem para a zona rural, para seus estabelecimentos, a dificuldade pela busca de renda também influenciou.

A atuação do IPA neste retorno foi de fundamental importância para o restabelecimento dos agricultores que antes trabalhavam em outras atividades, alguns até hoje fazem trabalhos fora da unidade de produção, mas os relatos dos que vivem apenas da agricultura é de que não trocam a qualidade de vida, mesmo ganhando um pouco menos, para buscar um adicional de renda em outras atividades.

O órgão governamental foi importante para a superação de um outro problema que era frequente entre os agricultores do Catimbau: o uso excessivo de agrotóxicos. Os relatos é de que se usava muitos produtos em excesso e sem o uso dos equipamentos de proteção individual, por esse motivo não era raro a ocorrência de acidentes envolvendo a aplicação dos produtos em campo.

Segundo Londres (2011) a utilização dos agrotóxicos pelos trabalhadores do campo, sem os EPI's (Equipamentos de Proteção Individuais), pode haver envenenamentos dos aplicadores ou ainda de seu uso indiscriminado, pode ocorrer a contaminação dos alimentos, água e animais.

Para Freire (2010) a extensão deve ser realizada aproximando o agricultor do extensionista e o inserindo em um processo participativo da construção do conhecimento. Desse modo, o IPA por meio de seus profissionais, realizou campanhas educativas, palestras e oficinas para alertar os riscos do uso excessivo de agrotóxicos, nas esferas social, econômica, ambiental e da saúde.

Além disso, as ações também propuseram alternativas ao uso desses elementos, com receitas naturais com produtos que poderiam ser encontrados na propriedade. A mudança ocorreu, e a quantidade de produtos utilizados caiu drasticamente, tal qual é relatado pelos agricultores, melhorou a qualidade de vida no campo e dos alimentos.

De acordo com Caporal (2006) nesse sentido, o extensionista é percebido como um ator estratégico para o processo de comunicação na busca de demandas e nas devolutivas de informações ao campo, passando a figurar como parte atuante e ativa nas relações de produtor rural, pesquisadores do agronegócio e ele próprio, em busca de melhor efetividade no processo de transferência de tecnologia para o campo.

O extensionista, sobretudo os que trabalham na esfera pública, é um ator fundamental para melhoria da qualidade de vida no campo que por meio de ações educativas podem transformar o contexto rural.

Na comunidade da Serrinha da Prata como as atividades agrícolas não são tão fortes como na comunidade do Catimbau, há um apelo forte para o artesanato, por meio da produção de apitos, que é uma atividade que ultrapassa gerações, seja pelos homens que produzem apitos seja por meio das mulheres que produzem artigos de renda. Existe também nesse espaço uma potencialidade para o turismo rural e

religioso, visto que a localidade tem diversas capelas e importância histórico cultural, além das paisagens naturais que estimulam a busca de turistas em visitar o local.

O projeto Dom Helder Câmara como já citado, é executado pelo IPA e abarca 36 famílias produtoras na Serrinha da Prata, que desses, 23 famílias trabalham quase que exclusivamente com o artesanato, em sua maioria, na produção dos apitos de madeira.

Figuras 2 e 3 - Capelas na comunidade da Serrinha da Prata



Fonte: SANTOS, 2019

As figuras 2 e 3 são de capelas que existem na comunidade e que podem ser exploradas junto as outras que existem na localidade para geração de renda para os moradores através do turismo rural e cultural.

A prática do turismo rural é crescente no Brasil e constitui uma variedade de atividades que englobam o chamado agroturismo, de acordo com Dias (2005), esse setor agrega o turismo cultural, histórico, por meio da gastronomia rural e dos eventos culturais que fazem parte do calendário das localidades.

O campo, traz várias possibilidades de atividades a serem desenvolvidas para além da produção agrícola, sobretudo, em locais onde há um apelo histórico e cultural. Algumas das possibilidades são a prática de esportes, trilhas, a oferta pelo conhecimento de saberes e de sabores das comunidades, o artesanato. Todos esses elementos estão presentes na comunidade da Serrinha da Prata, configurando um grande potencial de exploração pelos nativos.

É importante destacar que nem sempre os habitantes conseguem ser inseridos nos processos de desenvolvimento de tais atividades, por isso é fundamental, por meio do trabalho com a extensão rural, que sejam realizadas estratégias que insiram os moradores nesses processos e possibilitem que eles estejam a frente das decisões e planejamento das práticas de exploração do turismo.

As famílias produtoras acompanhadas relatam que o projeto contribui para a manutenção das atividades, há uma ajuda financeira e assistência para o desenvolvimento das atividades. É importante ressaltar que é necessário para o profissional ter um olhar bastante atento e sensível para a realidade em que trabalha e em que o dinheiro é aplicado. Por exemplo, é necessário suprir primeiramente necessidades básicas para que as unidades produtoras possam funcionar plenamente ou com o mínimo de conforto.

Contudo, o projeto Dom Helder Câmara está com uma redução de 40% em seu orçamento a partir do ano de 2020, essa realidade vem de um desmonte na ATER pública, e acompanha o caso de outros programas como o PAA e PNAE, com redução dos seus orçamentos também, isso implica em dificuldades na assistência técnica justo para os agricultores que mais necessitam.

O agricultor, de acordo com Schneider (2009), leva em consideração a adoção de atividades não agrícolas quando, aumenta o tamanho de sua família, tem irregularidade na distribuição do tempo, não utiliza todos os meios de produção, e a gestão da produção e o consumo não tem êxito.

A pluriatividade segundo Schneider (2009) pode ser definida como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a produção e renda das famílias agricultora. O autor ainda traz a pluriatividade como um fenômeno em que as famílias de agricultores buscam o exercício de outras atividades congregando com a atividade agrícola, seja no campo, ou fora dele, as atividades exercidas nesse caso são não-agrícolas.

No caso das famílias produtoras da Serrinha da Prata a busca pela atividade de artesanato, além de ser uma questão cultural, é sobretudo, por problemas na produção, seja pela escassez de água, ou pelo terreno que em sua maioria não favorece o exercício de atividades agrícolas.

Portanto, a pluriatividade na Serrinha se apresenta muito mais forte do que no Catimbau. Nota-se que a agricultura familiar encontrou estratégias para se adaptar às

transformações que vem ocorrendo, sendo uma delas a combinação de diferentes atividades. Essa combinação pode acontecer entre o mesmo setor ou ser intersectorial, ela auxilia na resolução de problemas, como pobreza, desemprego, falta de tecnologia e pouca terra. Além disso, a pluriatividade, no meio rural, proporciona melhor qualidade de vida, sociabilidade e desenvolvimento econômico e social à população.

A pluriatividade porém não é uma característica que todos os membros da família exercem, a busca por ela pode ser tomada por necessidades individuais ou coletivas, em algumas famílias o ator que exerce a pluriatividade é geralmente norteado pelo sexo ou posição hierárquica na família, Schneider (2001).

Há uma relação de cultura e carinho muito forte com o local, existe uma rádio comunitária que é gerida por um dos moradores. E quando perguntado o porquê da importância de se ter uma rádio comunitária ele respondeu, que, sentiu muita saudade da terra dele enquanto estava em São Paulo e ficava pensando em quantas pessoas estão espalhadas pelo Brasil e que hoje sentem a mesma saudade, além de achar importante estar à frente de um meio de comunicação que atinge muitas pessoas para poder se posicionar inclusive enquanto comunidade.

Figuras 4 e 5- Visita a web rádio Serrinha da Prata



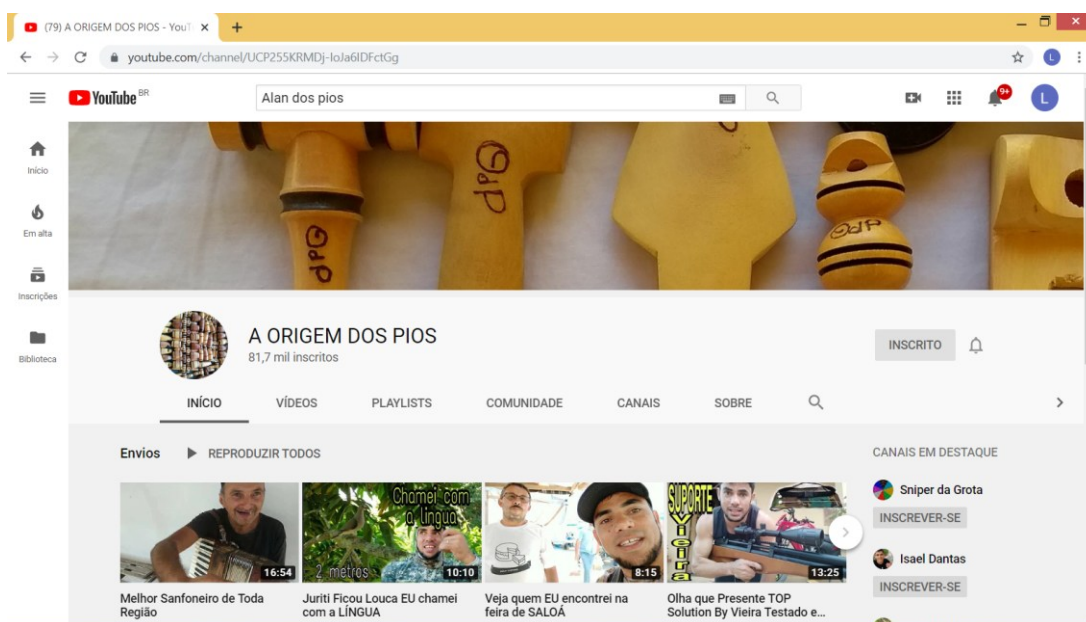
Fonte: SANTOS 2019.

Ele também é responsável, junto com sua família, a receber grande parte dos turistas que procuram conhecer a localidade, ofertando refeições e trabalho como guia turístico, nas capelas ou nas trilhas, essa oferta de turismo rural engloba sabores e saberes, lendas, histórias que permeiam o imaginário popular da localidade. Carvalho (2018) entende que o segmento turismo rural incorpora as noções de território rural e de comunidade em seus sentidos mais amplos – material e simbólico – bem como a preservação de seus patrimônios natural e cultural, associando à oferta de serviços,

entretenimento e passeios aos valores da comunidade visitada, tendo como base a troca de experiências entre visitantes e visitados.

Em uma das outras experiências, uma visita que se destacou foi a de um produtor de apitos de madeira que empreendeu por meio de um canal no YouTube, utilizando a plataforma de vídeos como uma vitrine para o seu trabalho. Hoje, sem sair da Serrinha, vende para todo o Brasil (FIGURA 6), apesar do sucesso ele afirma que não adianta crescer sozinho, ele deseja o mesmo para os companheiros e companheiras que na Serrinha vivem.

Figura 6- Canal no Youtube de um dos produtores da comunidade Serrinha da Prata



Fonte: Youtube

Os apitos, conta segundo ele, são procurados geralmente por observadores de pássaros. Quando perguntado se ele achava que a comunidade iria melhorar.

No panorama geral, ele respondeu que, “a comunidade está estagnada há muito tempo e é esquecida pela administração pública, mas ainda assim já está melhorando”. Para os colegas artesãos ele repassa as grandes encomendas de apitos, eles são divididos em “ranchos” assim são denominados os locais em que se produz os apitos.

Quando perguntados sobre a importância daquele local para o artesanato (ver figuras 8 e 9) deles e para a história, eles relataram saber que o ofício do artesanato

foi repassado pelos pais ou avós, que já aprenderam com seus antecessores, e consideram a Serrinha um local sagrado que deve ser preservado e respeitado.

Figuras 7 e 8. Artesãos produzindo apitos em um dos ranchos



Fonte: SILVA, SANTOS, 2019.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural tem alguns dos princípios a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários, proteção e desenvolvimento dos agroecossistemas e apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades regionais e locais.

O papel que o extensionista desempenha nessas comunidades vem a explorar as potencialidades da região, buscando por meio da assistência técnica e de atividades de formação, estimular e orientar os atores que podem se beneficiar desses elementos. Programas como o PDHC auxiliam nesse sentido, porém a atuação do profissional não pode se limitar ao estímulo de um programa, deve ser contínuo e inserido nos mais diversos temas abordados na assistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar inserida no contexto de dificuldades sempre se reinventa e busca por novas alternativas para continuar existindo, mesmo que isso signifique se resignificar ou reconhecer aspectos que antes não eram tão palpáveis diante da realidade de outrora.

Tanto a comunidade do Catimbau quanto da Serrinha, mostraram pelas percepções de seus moradores que a extensão rural e as políticas públicas são necessárias para o desenvolvimento de algumas atividades sejam elas agrícolas ou não agrícolas, mas que ocorram no espaço rural.

O Catimbau mostra que é possível resgatar a cultura de se produzir e permanecer no campo, mesmo em meio às adversidades ou as ofertas que o meio

urbano tende a colocar a todo momento, mostrando que é possível ter renda e viver bem no meio rural, sem precisar em muitos casos recorrer à atividades de complementação de renda fora da propriedade.

A Serrinha da Prata apresenta um grande potencial de exploração turística, por meio de sua história e religiosidade além de suas paisagens naturais belíssimas, contudo, é preciso ter cuidado para que a exploração dessa riqueza, não caia nas mãos de empresas turísticas, que em alguns casos apagam a participação dos seus moradores de seu próprio território.

É preciso que a comunidade se organize, que pode ser por meio de uma associação com o intuito de mesmo aos poucos ofertar melhores condições aos que visitam a comunidade, sendo possível que a renda da atividade seja distribuída da melhor forma, importante lembrar que os nativos é que devem gerir o seu território, a fim de preservá-lo e poder extrair da natureza aquilo que lhes é dado.

Os artesãos fazem um trabalho muito bom, porém, há um entrave que são os atravessadores, que fazem grandes encomendas e pagam um preço muito abaixo do que realmente se vale, talvez seja uma alternativa, colocar a associação de artesãos que já existe para se organizar e buscar outros mercados e pensar em estratégias de se tornarem mais competitivos.

As políticas públicas nesses dois casos ajudariam muito, porém, a falta de recursos ou de políticas específicas para o meio do turismo rural e do artesanato acabam por não dar um suporte muito grande, mesmo existindo em alguns casos como o do projeto Dom Hélder.

Por fim, a pluriatividade está presente nas duas comunidades, sendo mais forte na região da Serrinha da Prata, pode-se explorar mais sobre o assunto na agricultura familiar, já que o assunto nessa área não é tão discutido como em outros meios de atividades, o estudo contribui para dar um começo nessa discussão e sobre o papel das políticas, extensão e atividades não agrícolas no meio rural.

O extensionista desempenha um importante papel para as comunidades, por meio da ação educadora e de formação dos agricultores para conquistar uma melhor qualidade de vida no campo, por meio das atividades agrícolas e não agrícolas.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariza de; COSTA, Thelmo Vergara M. PLURIATIVIDADE NAS UNIDADES AGRÍCOLAS EM SANANDUVA/RS. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília DF, 2006.

CARVALHO, Karoliny Diniz. O turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatua e Santa Maria em Alcântara, Maranhão (Brasil). **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, 2018.

DIAS, Reinaldo. Introdução ao turismo. São Paulo: atlas, 2005

ESCHER, Fabiano et al. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 4, p. 643-668, 2014.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Tradução Oliveira, R. D. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

FIDA. Fundo internacional para o Desenvolvimento Agrícola. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste. O Projeto Dom Helder Câmara. Avaliação Final, novembro de 2010. Escritório de Avaliação do FIDA. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fida/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

LONDRES, Flavia. Agrotóxicos no Brasil - Um guia para ação em defesa da vida, ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Rio de Janeiro, 2011.

KLOSTER, Silvana; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. **Desenvolvimento em questão**, v. 12, n. 27, p. 66-94, 2014.

SCHNEIDER, Jair. O associativismo e a agricultura familiar: uma análise da Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Distrito de Bela Vista–Três Passos-RS. 2017.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 97-98, 2009

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, RJ. N. 16 (abr. 2001), p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Revista Política Agrícola, Brasília, v. 16, n. 3, p.14-33, set. 2007. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2019.